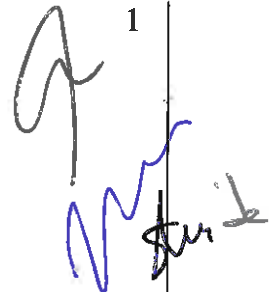


1  


**ATA N.º 2/2019**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória da sua Presidente, de catorze de fevereiro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 –** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 –** Análise, discussão e votação da Proposta da Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Cartografia de Risco de Incêndio Rural;
- Ponto 3 –** Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros;
- Ponto 4 –** Análise, discussão e votação do acordo de regularização da dívida de abastecimento de água e águas residuais às Águas do Norte, S.A;
- Ponto 5 –** Análise, discussão e votação da Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo para financiamento da contrapartida nacional de vários projetos de investimento;
- Ponto 6 –** Análise, discussão e votação da Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo para Financiamento de vários Investimentos;
- Ponto 7 –** Análise, discussão e votação da Proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal;
- Ponto 8 –** Análise, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2019;
- Ponto 9 –** Análise, discussão e votação da constituição de uma associação de municípios de fins específicos – Águas do Douro Sul;
- Ponto 10 –** Análise discussão e votação do Contrato Interadministrativo para atribuição da titularidade dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas na Associação Águas do Douro Sul;
- Ponto 11 –** Análise, discussão e votação do pedido de autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – Participação Financeira à Associação de Fraternidade e Solidariedade Social de Riodades;
- Ponto 12 –** Análise, discussão e votação da proposta de declaração de interesse coletivo na recuperação e beneficiação do património local, paisagístico e ambiente, designadamente na recuperação de cardanhos, pombais e outros para valorização do território.

A Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais e Presidentes de Junta.

Deu nota das ausências justificadas dos membros, Filipe Pina, Francisco Pereira e Teófilo Anjos e dos Presidentes de Junta de Soutelo do Douro e Riódades que se fizeram substituir. Convidou a Senhora Deputada Suzana Santos para fazer parte da mesa e de seguida passou a palavra ao Senhor Luís Paíga para que este procedesse à chamada.

A Senhora Presidente da Assembleia prosseguiu os trabalhos para aprovação das atas, estas foram aprovadas por unanimidade.

Questionou os vários representantes da Assembleia se tinham algo a comunicar.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou os presentes e informou que reuniu com a Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios no início do mês. O Plano foi colocado em discussão pública um pouco à pressa. Ficou surpreso ao constatar, que os sapadores florestais têm cerca de 50% de serviço não obrigatório para dividir pela comunidade e salientou que há um ano e meio pediu os serviços dos sapadores e nunca os viu na sua freguesia. Demonstrou desagrado por ver as pequenas florestas em mau estado de limpeza.

Em representação do Aces Douro Sul, o Senhor Luís Paíga informou, que na reunião realizada, fez-se referência a assuntos de importância vital para o concelho de S. João da Pesqueira, a falta de médicos e o horário noturno.

Salientou a não fixação de médicos a este concelho e a idade avançada dos que pertencem ao quadro, prevendo-se um cenário bastante preocupante para o futuro.

Relativamente ao horário noturno, este terá de passar por alterações aos recursos humanos com mudanças significativas. Informou que brevemente irá haver rastreios para a promoção de estilos de vida saudáveis. Devido ao envelhecimento da maioria dos nossos munícipes, na sua opinião, as Juntas de Freguesia deveriam ajudar no pré-agendamento de marcações de consultas e denunciar os casos sociais de abandono. Congratulou-se com a criação da Unidade de Cuidados Continuados, que será uma realidade a curto prazo. Referiu que o médico dentista não estava a trabalhar no Centro de Saúde e que se deveriam tomar precauções, pois o Município investiu para o Centro de Saúde ter esse serviço.

Na posse da palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu, que os sapadores estavam a proceder à limpeza da floresta. Informou o Senhor Presidente da Junta de Ervedosa, que nem ele, nem os Vereadores receberam pedido algum, no entanto, caso necessite de fazer limpeza em algumas zonas de Ervedosa, deve fazer o pedido.

No que respeita à falta de médico dentista no Centro de Saúde, averiguou junto do ACES e tomou conhecimento, que era uma questão de procedimento concursal e que dentro de poucas semanas a situação estará regularizada.

O Senhor Sebastião Mesquita transmitiu que as Juntas já ajudam, na sua freguesia tem duas funcionárias e ele mesmo despende de 50% do seu tempo para a Junta. O Município tem técnicas de serviço social e portanto, estas deviam sair e acompanhar os casos de abandono.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia, deu nota da correspondência recebida e lembrou que a mesma se encontra na pasta anexa para quem a queira consultar.

Convidou os deputados municipais a estarem presentes na atividade Voz das Crianças que se realizará no dia 29 de março, de manhã.

Lembrou o 25 de abril e a sua comemoração, e solicitou a indicação de um elemento de cada bancada para começarem a trabalhar na comemoração deste dia. Conta com a presença de todos os deputados.

**Período de antes da Ordem do dia**

A Senhora Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir neste período.

O Senhor Sebastião Mesquita solicitou para descentralizar a Assembleia Municipal. Questionou qual o ponto de situação dos CTT.

Quis saber quais são os incentivos disponibilizados pela Câmara para fixar os médicos. Perguntou para quando a conclusão dos abrigos da escola básica e secundária.

A Senhora Rosa Teixeira interveio questionando o Senhor Presidente da Câmara se tinha conhecimento da diminuição de comboios na Linha do Douro da Régua, se a situação é temporária e para quando a sua regularização.

Por uma questão de transparência e rigor, solicitou que apresentasse o relatório de contas da Asdouro e da Promopesqueira, numa próxima reunião de Assembleia Municipal.

O Senhor Vítor Tomé chamou a atenção para a perda da população no Interior. Os concelhos da CIM Douro perderam entre 30% a 40% da população. São João da Pesqueira em 1981 tinha 10.280 eleitores e nas últimas eleições apenas 7.200 votantes. No Douro a discussão faz-se em torno da perda de mais de setenta mil pessoas. É necessário debruçarmo-nos sobre o assunto, pois a este ritmo, daqui a poucos anos não haverá pessoas nesta região. É da opinião, que deve ser criada uma bolsa de incentivos para fixar as pessoas na região e que dever-se-ia apostar num projeto pioneiro.

Congratulou-se com a subida do Agrupamento de Escolas no ranking nacional, parabenizando a Presidente da Assembleia Municipal, que é a Diretora do Agrupamento de Escolas.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu, dizendo que a subida do ranking, assim como o destaque nos percursos diretos de sucesso também se devem ao trabalho de toda a comunidade escolar: pessoal docente/não docente, alunos e pais. Rematou dizendo que ela apenas tem o privilégio de liderar esta equipa.

O Senhor Eduardo Coelho referiu que na sua Junta de Freguesia, faz marcações de consultas pela Internet. Fez várias sinalizações na SAS, que representam a segurança social. Salientou que as questões sociais não são esquecidas.

O Senhor António Froufe questionou o Senhor Presidente em relação aos resultados das várias reuniões, que teve sobre as estradas nºs 222, 223 e 229. Questionou "o Governo aprovou a requalificação da estrada de Trancoso e a nossa?"

Quis saber a razão pela qual a Câmara Municipal ficou impedida de votar para a eleição dos elementos do Turismo Porto e Norte. Perguntou se foi por falta de pagamento das cotas. "Se aconteceu isso São João da Pesqueira não sairá prejudicada?"

Está prevista a queda da requalificação da Zona Industrial por falta de elementos e falta de acordo, quis saber qual o ponto de situação. Concordou com o Senhor Luís Paíga quando afirma, que a ação social devia ter um papel preponderante, pois é visível a pobreza em alguns casos, e é difícil para um Presidente de Junta denunciar a situação.

Também quis saber o ponto de situação relativamente aos CTT e à questão relacionada com o médico dentista.

O Senhor Sebastião Mesquita informou que a Junta de Ervedosa e de S. João da Pesqueira foram convidadas para estarem presentes num debate, que ocorreu na Assembleia da República relacionado com a Casa do Douro. Mostrou a sua posição, zelou pelos interesses dos Durienses, no seu entender, os deputados não sabem a realidade do Douro.

O Senhor Presidente de Câmara começou por mencionar, que é obrigação de todos, a sinalização de necessidades de carência ou pobreza, que se venham a verificar e que se deve comunicar às entidades competentes.

Concorda que a Assembleia Municipal se descentralize, porque é salutar e útil o contato com os munícipes das diversas freguesias.

Os CTT encerraram em Penedono e Armamar. Em relação aos CTT de S. João da Pesqueira, houve julgamento da providência cautelar em Mirandela, mas ainda aguardam sentença. O Município oferece à nova médica casa, com tudo pago, água, eletricidade e internet. A obra do espaço envolvente à escola terminava em janeiro, mas foi pedido prorrogação do prazo.

Relativamente à linha do Douro, brevemente irá ter uma reunião, mas teve conhecimento, que houve um atraso na obra e a informação que obteve é que se deslocam dois comboios em cada sentido da linha.

Informou que a Asdouro possui um orçamento equilibrado, mas se a Assembleia determinar que quer ver as contas, estas poderão ser analisadas neste órgão.

Agradeceu a intervenção do Senhor Sebastião Mesquita, pela sua prestação na Assembleia da República, pela importância que a Casa do Douro tem para os pequenos agricultores.

Parabenizou a Senhora Diretora e toda a sua equipa pelos resultados atingidos no ranking. Desconhece se a requalificação da estrada de Trancoso foi aprovada, mas tem encetado todos os esforços junto do Senhor Secretário de Estado, para que se requalifiquem as estradas referidas pelo Senhor António Froufe.

Informou que foi mandatário de uma das listas do turismo Porto e Norte, mas quando saíram as listas para se poder votar, verificou-se que a Pesqueira não o podia fazer por falta de pagamento das cotas, desde 2013. Já procedeu à liquidação da dívida acumulada desde essa data.

A Zona Industrial ainda não está totalmente concluída e tem sido difícil o cumprimento de todos os requisitos exigidos e a localização da nova zona industrial também não gere consensos. Terão de ponderar e provavelmente a única solução é esperar por uma nova candidatura.

A Senhora Presidente da Assembleia retomou a palavra, dando os sentimentos ao Senhor João Olindo pelo falecimento do seu avô. Seguiu-se um minuto de silêncio em memória do avô do Deputado Municipal.

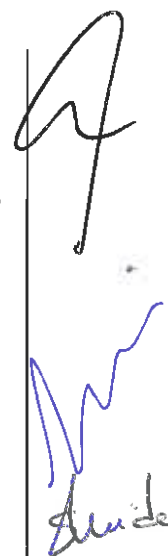
De seguida pediu aos Senhores Presidentes de Junta para se disponibilizarem a receberem a Assembleia Municipal nas suas freguesias, sempre que fosse solicitado.

O Senhor Sebastião Mesquita pediu a palavra para solicitar que as contas da Asdouro e Promopesqueira e de todas as Associações ligadas à Escola Profissional fossem apresentadas na Assembleia, para que fique clarificada a situação.

A Senhora Presidente da Assembleia pediu autorização para incluir o ponto 12 na Ordem de Trabalhos – Análise, discussão e votação da proposta de declaração de interesse coletivo na recuperação e beneficiação do património local, paisagístico e ambiente, designadamente na recuperação de cardanhos, pombais e outros para valorização do território.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Câmara tinha recebido um requerimento a pedir a declaração de interesse coletivo na recuperação do património local, para uma candidatura a fundos do PDR e nos documentos pedidos solicitavam uma declaração da Assembleia Municipal.

Os Deputados Municipais votaram a favor da inclusão do ponto, na ordem de trabalhos.



### **Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal.**

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Vítor Tomé.

O Senhor Vítor Tomé informou que quando abordou na Assembleia a questão da limpeza das ruas, esta foi realizada, mas desde então tudo voltou a estar como antes.

Na sua opinião a Feira dos Saberes e Sabores do Douro deveria ter sido realizada na Praça do Marquês, com outros moldes, para que não seja apenas mais uma feira.

Sugeriu que quando se realizarem eventos do género dever-se-ia transportar as pessoas das freguesias para a sede do concelho.

O Senhor António Froufe pediu explicação relativamente à dívida, porque pela análise verificou, que em dois meses aumentou em três milhões de euros.

A Senhora Marcolina Sequeira solicitou para que no final de cada evento se retirasse a propaganda das ruas, "pois por vezes as festas passam e a propaganda fica. Visualmente não fica bem e como Património Mundial é nosso dever preservar o ambiente".

Começou por pedir desculpa à Senhora Presidente da Assembleia, mas considera que não deve deixar falar sem inscrição, ou seja, os membros inscrevem-se num determinado ponto, falam e depois disso, não os deve deixar interromper a sessão, só lhes deve dar a palavra em defesa da honra. Na sua opinião é assim que uma Assembleia deve funcionar ou então este espaço passa a ser de debate.

O Senhor Joaquim Carvalho perguntou qual o montante ainda em dívida da água dos municípios ao Município e qual o valor recuperado.

Deu os parabéns ao Executivo por mais uma realização da Festa dos Saberes e Sabores do Douro. A inclusão da montaria, concurso de pesca e caminhada são uma mais-valia e traz visitantes ao nosso concelho.

No que diz respeito ao CEART não devia apresentar atividade a atividade, mas o plano anual completo.

Congratulou-se com a inclusão dos dados referentes ao pavilhão municipal, na informação. Agora tem-se a perceção de quantas pessoas passam pelo ginásio, piscinas e pavilhão. Continuou a insistir que é importante a requalificação daqueles espaços.

Questionou qual o ponto de situação do CLDS 4 G.

Parabenizou o Executivo, pela aquisição de material na área da música e educação física. Em relação ao empreendedorismo, qual a situação das duas candidaturas no âmbito da eficiência energética, e o programa da sustentabilidade do turismo de Portugal.

Questionou em que consiste o projeto All Douro Feel and Make the difference e o projeto Dourotour da UTAD.

O Senhor Eduardo Frederico pediu explicação quanto às dívidas a terceiros, pois é um valor significativo, devendo haver alguma razão para isso.

Referindo-se à intervenção da Senhora Marcolina, disse não estar de acordo com o exposto, porque a Assembleia é um espaço de debate. "Desde que as pessoas se inscrevam têm o direito de falar e há-de ser do debate que nascerá luz".

A Senhora Presidente da Assembleia afirmou que enquanto existir disciplina nas sessões, o que tem acontecido, irá permitir o salutar debate entre os deputados, por forma a serem devidamente esclarecidos. Vai permitir as intervenções dos deputados no tempo que lhes está destinado, desde que se tenham inscrito para intervir no ponto, que se encontra em debate.

O Senhor Presidente da Câmara referiu, que irá averiguar o que se passa com a limpeza das ruas. Quanto à festa dos Saberes e Sabores entendeu ser no mesmo local, a sua





A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade.

De seguida, seguiu-se um intervalo.

Retomados os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luís Paíga, para que procedesse à chamada, não se verificando ausências.

#### **Ponto 4 - Análise, discussão e votação do acordo de regularização da dívida de abastecimento de água e águas residuais às Águas do Norte, S.A..**

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente transmitiu que o anterior Executivo não pagou durante oito anos a água e a dívida acumulou-se no valor exorbitante, de quatro milhões e oitenta mil euros. Cada ano que passa sem pagar soma mais duzentos mil euros, portanto é urgente a resolução deste problema. Com o acordo de regularização, a dívida ficará em três milhões oitocentos e trinta mil e oito euros e poder-se-á pagar em vinte e cinco anos.

O Senhor Sebastião Mesquita afirmou que a dívida tem que ser paga. É lamentável não haver na Câmara documentos relativos à Associação do Rio Torto. "Como é que os papéis desaparecem? A barragem foi feita para servir os três Municípios de água. Os papéis desaparecem e entregou-se a água às Águas de Trás os Montes". Pediu ao Senhor Presidente para "debater sobre as infraestruturas, só as condutas não chegam, a barragem está lá feita".

O Senhor Eduardo Frederico concorda com esta solução que não ficará nada económica. Concorda com o Senhor Sebastião Mesquita de poder negociar mais a dívida com as infraestruturas. O pagamento da dívida vai comprometer os orçamentos da Câmara durante muitos anos.

O Senhor Joaquim Carvalho questionou se para além da dívida ainda têm que ser somados os juros comerciais.

O Senhor António Froufe congratulou-se com o aumento do prazo para a dívida ser paga a vinte e cinco anos, no anterior Executivo só se previa pagar a cinco anos.

O Senhor Presidente da Câmara transmitiu, que realmente antes a dívida só se previa ser paga a cinco anos, mas o anterior Executivo nem a água do ano pagaram. Partilhou que vai ser um ano complicado, uma vez que têm de resolver a questão da dívida acumulada. A questão da barragem e dos valores é pertinente, mas os outros concelhos não querem saber, não têm dívidas às águas. Considerou estranho não haver documento nenhum em relação à barragem e à associação do Rio Torto, mas a verdade é que não há nada, lamentou.

O Senhor Sebastião Mesquita afirmou que "o anterior Executivo em oito anos pediu um empréstimo e deixou as águas por pagar. As pessoas passam, fazem as dívidas e ficam imunes, quem vier a seguir que resolva. Nos últimos quatro anos o assunto das Águas foi falado na Assembleia, várias vezes e eles riram-se sempre. Agora este Executivo resolve a dívida e nos próximos quatro anos não pode fazer obras. É inacreditável como os documentos de uma Associação desaparecerem de uma Câmara".

O Senhor António Froufe referiu que "a dívida começou em 2008 e o Senhor Presidente da Câmara sabia onde estava, não pode estar sempre a criticar o anterior Executivo".

O Senhor Presidente da Câmara afirmou, que a dívida começou em 2009 e que esta era no valor de quinhentos mil euros. Este foi o valor em dívida, que o Senhor José Tulha recebeu quando tomou posse como Presidente da Câmara.

Perante a insistência do senhor António Froufe em precisar datas e valores, o Senhor Presidente solicitou aos serviços administrativos os documentos da dívida às águas. A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 5 - Análise, discussão e votação da Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo para financiamento da contrapartida nacional de vários projetos de investimento.**

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar, que após reunir com os Presidentes de Junta, tomou conhecimento de quais são as obras necessárias nas várias freguesias e só com um empréstimo poderá realizá-las. Para os ajudar precisa contrair um empréstimo. O Senhor Presidente da Câmara, na posse dos documentos solicitados aos serviços administrativos e em resposta ao Senhor António Froufe informou que a 30/09/2009 a dívida às águas era de quinhentos e vinte mil euros. Requereu aos serviços que tirassem cópia para os membros da Assembleia, a fim de verificarem a dívida às Águas desde 2009.

Continuou o ponto dizendo que contataram o BES, a Caixa Agrícola e a Caixa Geral de Depósitos, mas só a Caixa Agrícola respondeu. No primeiro empréstimo têm uma taxa de juro de 0,90 e no segundo de 1%. No final do ano a despesa será de mais 60 mil euros.

O Senhor Sebastião Mesquita sugeriu analisar os dois pontos do empréstimo já que a finalidade era a mesma. As freguesias precisam de obra, mas quem mais paga é quem vai ter menos obra. Concorda que seja dividido, só não concorda, porque a sua freguesia paga 30% dos impostos deste concelho.

O Senhor Eduardo Frederico disse que este empréstimo é para permitir investimentos, o dinheiro do Estado ou os fundos comunitários através das candidaturas nunca vêm a tempo.

A Senhora Rosa Teixeira concorda com uma política de investimentos. Questionou se o critério de seleção daquilo que vai ser intervencionado foi devidamente ponderado. Infelizmente a dívida ao pagamento da água é muito elevada, o Município vai ficar bastante endividado e a dívida vai comprometer futuros mandatos arrastando-se para o futuro. O Senhor Presidente da Câmara vem dizendo, que está a reduzir as despesas, se é verdade não é possível canalizar alguma desta verba para estes casos para não se fazer um empréstimo tão elevado.

O Senhor Presidente da Câmara transmitiu que já estão a ser canalizados da dívida às Águas, por isso é que existe esta folga. As poupanças vão ser destinadas para descongelamento de carreiras e progressão, com a entrada dos precários para o quadro. Se os empréstimos não forem contraídos não pode realizar obra nas freguesias. Não há Câmara aqui à volta que dê tanto às freguesias como este Município. Reuniu com os Presidentes de Junta quis ser claro com eles, agora todos sabem o que se gasta na sua e nas outras freguesias do concelho. Acha que foi o mais correto e transparente possível.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo para Financiamento de vários Investimentos.**

Não havendo inscrições, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.



### **Ponto 7 - Análise, discussão e votação da Proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal.**

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara informou que tinha chegado um pedido à Câmara, relativamente à obra do Senhor João Moutinho, na rua Dr. Paradela de Oliveira. Teria havido um acordo informal entre ele e o anterior executivo. O proprietário cedeu terreno para alargar a rua, em dois metros e cinco e quer que a parte da frente da casa, com cerca de dezasseis metros saísse do domínio público, fosse para o domínio do Senhor João Moutinho, uma vez, que cedeu aquele alargamento de rua, para não estacionarem carros à sua porta, o que impede, por vezes de entrar em casa. A Assembleia é que decide a desafetação de domínio público para domínio municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu inscrições passando a palavra à Senhora Rosa Teixeira.

A Senhora Rosa Teixeira compreende a situação do Senhor Moutinho, não sabe em que moldes o espaço foi cedido. Se calhar a colocação de um sinal resolvia o problema, se as pessoas não o respeitassem dever-se-ia chamar a GNR e fazer cumprir a Lei. Porque se abríamos precedentes correremos o risco de virem mais situações destas futuramente. Na sua opinião não deve ser desafetado, devendo continuar em domínio público.

O Senhor Joaquim Carvalho concordou com a Senhora Rosa Teixeira pois levanta um precedente muito grande, assim como o Senhor Eduardo Frederico disse ser complicado aprovar ou não esta desafetação na Assembleia." Por muito que gostássemos de ceder ao munícipe, é complexo ceder porque os outros munícipes faziam o mesmo tipo de pedido. Se há dificuldade na sua porta de entrada haverá solução por parte do Executivo não da Assembleia. Se todos os comerciantes pedissem o lugar de estacionamento da sua entrada era um problema".

O Senhor Sebastião Mesquita disse que "este caso é mais uma das situações em que as permutas se fazem, não se escrevem e dão problemas". Não concorda com a abertura deste precedente pois há forma de resolver o caso com sinalização.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o mesmo não foi aprovado, com as abstenções da Senhora Marcolina Sequeira e do Senhor Eduardo Coelho.

### **Ponto 8 - Análise, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2019.**

O Senhor Presidente da Câmara transmitiu que, pese embora já termos aprovado um mapa de pessoal em 2018, não tinham estudado a situação dos precários pelo que vem agora um novo mapa de pessoal. É necessário aumentar o número de pessoas do mapa de pessoal para regularização dos precários. Está a falar em cinquenta e um lugares e não absorve a totalidade de situações de precariedade. Esta regularização custará ao Município cento e sessenta mil euros anuais. Não é um processo fechado, podem abrir mais vagas, mas já é bastante complicado regularizar estes, quanto mais toda a gente que se encontrava a trabalhar na Câmara desde 2017.

A Senhora Rosa Teixeira congratulou-se com esta iniciativa, pois tudo o que tenha a ver com a fixação de pessoas e jovens tem o seu aval. Não interessa estar a pedir empréstimos para caminhos para as freguesias, se não houver população para passar nos caminhos. Antes de vir para a Assembleia, ouvia dizer que a Câmara tinha pessoas a mais, agora com a abertura de tantos lugares espera que não seja para dar resposta a favores eleitorais.

Questionou se havia critérios definidos, se os precários vão ser colocados por concurso, se é um concurso interno e se vai haver transparência.

A Senhora Marcolina Sequeira disse que um concelho sem pessoas é um concelho morto e sem vida. Concorde com a atitude do Executivo, se as pessoas estão a trabalhar o tempo inteiro é porque são necessárias. Existem dezoito técnicos superiores, ao abrir mais treze questionou se não seriam "doutores a mais na câmara".

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que esses técnicos superiores estão a desempenhar funções. Fixar pessoas só no setor público não garante a subsistência de um concelho, deve haver investimento privado. Se num próximo orçamento puderem regularizar mais situações com certeza que o farão.

O Senhor Joaquim Carvalho pronunciou-se afirmando, que o assunto é complicado, a maior parte dos precários são jovens e o concelho precisa de gente nova. Esta regularização vai permitir a fixação de cinquenta jovens. Defende que a Câmara não pode ser o centro de emprego do concelho, este tem falta de tecido empresarial para fixar jovens. "Deu a cara por este partido e espera que neste concurso interno não se vá ter em atenção quem andou com bandeiras, mas ter em conta as competências e profissionalismo. Os recibos verdes de trinta e cinco horas semanais não foram inventados por este Executivo. Os Executivos anteriores é que inventaram este fenómeno nesta Câmara Municipal". Pediu ao Executivo para que o concurso interno seja transparente.

O Senhor Sebastião Mesquita discorda do Senhor Joaquim Carvalho, as Autarquias têm é que criar condições para que as pessoas se fixem. Quem enganou os jovens precariamente foi o anterior Executivo, que criou os recibos verdes. Ele, como Presidente de Junta vai resolver o problema dos dois precários a trabalhar para a junta.

O Senhor Presidente da Câmara disse não ser possível orçamentalmente regularizar a situação de todos os precários. Não quer falar na questão das "bandeiras" pois nenhum andou com a bandeira do PNT. Pese embora em alguns setores, existe pessoal a mais a trabalhar na Câmara, no entanto a regularização não fica fechada. Tem um funcionário a trabalhar no Centro de Saúde, três ou quatro a trabalhar na escola. Provavelmente para o ano irá haver necessidade de integrar mais algum pessoal, porque vai ser necessário, com a descentralização de competências da saúde e da educação.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto o mesmo foi aprovado por maioria com as abstenções da Senhora Marcolina Sequeira e Mónica Freixo e dos Senhores Adelino Lopes, António Vicente, António Froufe e José Vilas Boas.

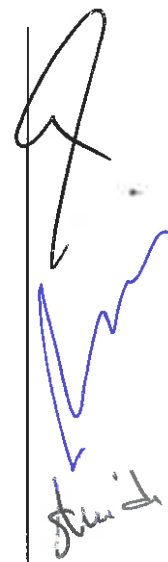
### **Ponto 9 - Análise, discussão e votação da constituição de uma associação de municípios de fins específicos – Águas do Douro Sul.**

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou uma proposta, da distribuição de água em baixa poder ficar a cargo das Cim's. As infraestruturas do concelho estão velhas e danificadas, só podem recorrer a uma candidatura para requalificar as redes se for uma associação. A rede ao ser requalificada terá menos perdas. As taxas irão aumentar, mas serão iguais para todos os concelhos do Douro Sul.

O Senhor Eduardo Frederico questionou, no que respeita à receita, se é para a associação, para o município ou repartida.

O Senhor Joaquim Carvalho referiu que o aumento das taxas é inevitável. Fez um apelo para que esse aumento fosse gradual. Perguntou se a associação ficará responsável pelas



avarias, e se com a criação desta associação ficamos habilitados a concursos de montantes superiores e verbas de fundos comunitários.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a associação ficará responsável por toda a gestão em baixa. As Águas de Trás os Montes, vende e cobra. Quanto ao pessoal não sabe bem o que irão fazer.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 10 - Análise discussão e votação do Contrato Interadministrativo para atribuição da titularidade dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas na Associação Águas do Douro Sul.**

O Senhor Presidente da Câmara informou que com a constituição da associação será necessário concessionar as nossas redes em baixa à associação.

O Senhor Eduardo Frederico afirmou que a associação só pode funcionar se lhe for disponibilizada a infraestruturas, embora a infraestruturas continue a ser do município.

O Senhor Sebastião Mesquita disse que a rede já tem trinta anos. Deixou um alerta para quando se fizer o negócio com a associação não correremos o risco de ser feito investimento mais nuns concelhos do que em outros. Preferia trocar a dívida às Águas do Norte pela rede em baixa.

O Senhor António Froufe interveio dizendo, que esta é uma situação complicada, quase todos foram contra a entrega da rede em alta às Águas de Trás os Montes, questionou "será que não vamos pelo mesmo caminho e ser novamente prejudicados"?

O Senhor Presidente da Câmara transmitiu que não iríamos ser prejudicados já que é uma associação de Municípios.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 11 - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Participação Financeira à Associação de Fraternidade e Solidariedade Social de Riodades.**

O Senhor Presidente da Câmara informou que o anterior Executivo celebrou protocolos com algumas IPSS do concelho. Na construção dos lares, a Câmara participava até 4% do valor da obra. Para a construção do lar de Riodades inicialmente a previsão era de um valor, mas na adjudicação verificaram que precisam de mais dinheiro. Riodades pediu uma adenda ao protocolo, por forma a Câmara aumentar o valor a participar.

A Senhora Rosa Teixeira não vê inconveniente nenhum, desde que fosse tudo fundamentado e que haja garantias de que no futuro outras instituições terão o mesmo tratamento.

O Senhor Fanrinha Cabral explicou a razão do reforço. Inicialmente tinham feito os cálculos do Iva a 6%, quando na realidade tem de ser a 23%.

O Senhor Sebastião Mesquita referiu ser um aumento quase de 20% do valor inicial, isso vai abrir precedentes.

O Senhor Joaquim Carvalho questionou se irá haver mais adendas por parte das outras instituições.

O Senhor Eduardo Frederico disse que era competência do Executivo controlar estas situações e fazer um controlo da despesa gasta.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a IPSS apresentará as faturas todas da obra para receberem a comparticipação. Espera que não haja mais nenhuma adenda. Riodades fez aquilo que pôde dependendo do orçamento que tinham. A IPSS falou com o Executivo logo em dezembro quando deram conta do erro.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 12 - Análise, discussão e votação da proposta de declaração de interesse coletivo na recuperação e beneficiação do património local, paisagístico e ambiente, designadamente na recuperação de cardanhos, pombais e outros para valorização do território.**

Como o Senhor Presidente da Câmara já tinha dado alguma explicação sobre o ponto em questão, a Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao primeiro interveniente.

O Senhor Sebastião Mesquita referiu, que obras de interesse público são obras grandes, as pequenas têm legislação própria aprovadas automaticamente. Isto remetido para a legislação não tem lógica. Quando se aprova um projeto de interesse municipal é um interesse de todos. Considera que estão a deturpar um bocadinho o que é um interesse municipal.

O Senhor Presidente da Câmara tem dúvidas, mas também não considera que haja problemas em a Assembleia aceitar a requalificação de cardanhos e pombais.

O Senhor Eduardo Frederico disse que a documentação remetida aos membros foi muito parca para se retirar uma conclusão. A Assembleia estar a pronunciar-se por um projeto particular, o que não faz sentido. Se a Assembleia aprovar não saberemos qual o texto da declaração que vamos aprovar, deve existir uma minuta.

O Senhor Sebastião Mesquita disse que a Assembleia aprovou o PIOTADV que já contempla isto tudo. A Assembleia não tem que se pronunciar sobre os projetos particulares.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, este ponto não foi aprovado com as abstenções dos Senhores Eduardo Coelho, António Vicente, Artur Ferreira e da Senhora Mónica Barreleiro e a Senhora Marcolina Sequeira.

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 a fim de terem eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente referiu que era necessário que ambas as bancadas apresentassem um elemento para planearem e organizarem a atividade do 25 de abril. Como não houve propostas a Senhora Presidente disse poderem fazê-lo posteriormente.

**ENCERRAMENTO:**

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezoito horas e vinte minutos, agradecendo a presença de todos e desejando uma boa semana. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e



aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

A Presidente da Assembleia Municipal

Agostinho Reis

O 1.º Secretário

José Manuel Soares

O 2.º Secretário

Suzana Maria Catarina de Souto